

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA <i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS) <i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i> <i>Ronaldo Bordin</i> <i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES <i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA <i>Cassiane Chais</i> <i>Jaime João Bettega</i> <i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i> <i>Oberdan Teles da Silva</i> <i>Paula Patrícia Ganzer</i> <i>Pelayo Munhoz Olea</i> <i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Neimy Batista da Silva</i> <i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i> <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS <i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES <i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaella Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba (PPGRI – UEPB)
João Pessoa – PB

RESUMO: Os Estudos de Segurança Internacional, como um dos mais tradicionais campos de estudo das Relações Internacionais, já sofreram, ao longo da história, profundas modificações e adaptações epistemológicas. As ampliações no referencial de segurança e nas possíveis fontes de ameaça fizeram a disciplina se afastar de uma totalidade estatocêntrica e essencialmente positivista. Desse modo, os estudos de Segurança Humana, se estabeleceram como um proeminente subcampo da área, sendo utilizado com mais frequência entre os acadêmicos, pelas organizações internacionais e, em certos momentos, também pelos Estados como o caminho mais adequado da segurança. Entretanto, a tradição metodológica dos Estudos Estratégicos segue a questionar o conceito, por sua suposta mínima operacionalidade e duvidosa possibilidade de mensuração. De tal maneira, buscamos indagar, no proposto artigo, o quão superficial é a lógica da Segurança Humana e se ela é, de fato, inaplicável. O presente artigo se propõe a analisar a evolução metodológica do campo

de estudo em questão e as potenciais técnicas de mensuração do mesmo. Com o objetivo de apontar uma possível falácia na forma como a Segurança Humana vem sendo encarada, em grande medida, pelo meio científico nos Estudos de segurança, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: num primeiro momento, contextualizamos a criação do campo da Segurança Humana. As propostas de métodos de mensuração existentes são apresentadas no ponto seguinte. Numa terceira seção, é realizada uma análise das variáveis levantadas pela teoria da Segurança Humana, demonstrado quais delas são, de fato, operacionalizáveis e epistemologicamente aceitáveis. Em seguida, nossa proposta é submetida a teste em dois casos de análise comparados, a ver, as reações do Estado peruano aos embates contra o grupo “Sendero Luminoso” nos processos de paz recentes, e a participação da Colômbia nos processos de Paz do governo Pastrana. Por fim as conclusões da pesquisa são apresentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Humana; Mensuração; Peru; Colômbia; Métodos e Técnicas em Segurança.

ABSTRACT: The International Security Studies, as one of the most traditional fields of study of International Relations, have gone, throughout history, through profound shifts and epistemological adaptations. The extensions in

the security framework and in the possible sources of threat have made the subject move away from a statocentric and essentially positivist totality. Thus, the Human Security studies have established themselves as a prominent subfield in the area, being used more frequently among academics, international organizations and, at times, also by States as the most appropriate way of defining security. However, the methodological tradition of Strategic Studies continues to question the concept, due to its supposed minimum operability and dubious possibility of measurement. In such a way, we seek to inquire, in the following research, how superficial the logic of Human Security is and if it is, in fact, inapplicable. The present article proposes to analyze the methodological evolution of the field of study in question and the potential techniques of its measurement. With the aim of pointing out a possible fallacy in the way that Human Security has been viewed, to a great extent, by the scientific milieu in Security Studies, the work is structured as follows: in the first moment, we contextualize the creation of the Human Security field. Proposals for existing measurement methods are presented in the following section. In a third section, an analysis of the variables raised by the Human Security theory is performed, demonstrating which of them are, in fact, operable and epistemologically acceptable. Then, our proposal is tested in two comparative analysis cases, to see, the reactions of the Peruvian State to the attacks against the group “Sendero Luminoso” in the recent peace processes, and the participation of Colombia in the peace processes of the government Pastrana. Finally, the conclusions of the research are presented.

KEYWORDS: Human Security; Measurement; Peru; Colombia; Methods and Techniques in Security.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com cerca de vinte anos após a sua divulgação massiva – acompanhando o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994 – a Segurança Humana continua sendo tratada como um conceito novo e, essencialmente, contestado. Apesar de ter alicerçado a construção de um aparato teórico robusto e ser adotado por instituições e nações como Japão, Canadá e Noruega, sua suposta fraca aplicabilidade na agenda política e questionada operacionalidade descredita o conceito com frequência razoável.

As críticas principais apontam para uma ferramenta sem uma definição única que sirva de parâmetro comparativo ou de análise ou, em especial, nenhum consenso sobre alguma estrutura de mensuração. Os constantes ataques se uniram a fragilidade do corpo teórico da Segurança Humana no seu processo de enfraquecimento. A corrente foi fragmentada em dezenas de linhas de pensamento distintos, comumente enquadradas em duas escolas maiores, as abordagens ampla e estreita.

Tendo perdido muito do seu poder de desafiar as abordagens clássicas, papel assumido no ápice do surgimento das chamadas novas abordagens (BUZAN, HANSEN,

2012), a Segurança Humana encontra-se em momento de gritante necessidade por renovação e reafirmação. Tal caminho pode ser dar num alinhamento mais ferrenho aos Estudos Críticos de Segurança, ou através da adoção de uma postura mais positivada, levando em consideração técnicas de mensuração e conceitos claros. (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013.)

O presente artigo se propõe a abordar o processo de ascensão e queda do conceito de Segurança Humana, partindo de uma promissora ferramenta teórica a um conceito por vezes negligenciado nos foros de debate de Segurança Internacional, ainda imersos em uma estrutura tradicional de análise. Visamos identificar as potenciais técnicas de mensuração do mesmo. Com o objetivo de apontar uma possível falácia na forma como a Segurança Humana vem sendo encarada, em grande medida, pelo meio científico nos Estudos de segurança. Para tanto, tomaremos como base para um *comparative study* entre o caso peruano - o momento de diálogos de paz entre a justiça peruana e o grupo conhecido como Sendero Luminoso, nos anos iniciais do processo conhecido como *Comisión de Verdad y Reconciliación*, a comissão da verdade, no país. – e o caso colombiano e o interminável embate entre governo, Forças Armadas e grupos insurgentes, focando no processo de paz do governo Pastrana (1998-2002), que trazia uma série de inovações no que dizia respeito à inserção social nos diálogos.

O artigo está estruturado da seguinte maneira, num primeiro momento expomos nosso arcabouço teórico e seu contexto histórico, apresentando o surgimento e evolução do pensamento da Segurança Humana, em suas distintas abordagens. A seguir, será apresentado um levantamento das técnicas de mensuração mais utilizadas na corrente em questão. A terceira seção apresenta uma análise dos processos de paz elaborados no Peru e Colômbia, a fim de identificar intentos voltados à geração de Segurança Humana, com base nas variáveis consideradas relevantes para tal teoria. As considerações finais concluem o trabalho.

A SEGURANÇA HUMANA E O ENFOQUE NO INDIVÍDUO

Dentro das chamadas novas abordagens que inundaram o campo da Segurança Internacional após a Guerra Fria, estão aquelas que falam da Segurança Humana. A primeira vez que a ideia foi tratada, de maneira efetiva, foi em 1994, num relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (KALDOR, BEEBE, 2010, p.6). Surge no âmbito da Organização das Nações Unidas, parte de um projeto denominado *United Nations Intellectual History Project*, que visava a aumentar a confiança dos Estados – entre si e nas instituições – melhorando assim as condições de segurança internacional (MIAL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005, p.38). Ademais, ele trazia em si, críticas à forma como a segurança havia sido tratada até então. “O conceito de segurança por muito tempo foi interpretado de forma restritiva: a segurança do território às agressões externas, ou como a proteção dos

interesses nacionais na política externa ou como a segurança global da ameaça de um holocausto nuclear.” (UNDP, 1994, p.22).

Assim sendo, especialmente durante a década de 1990, o conceito de Segurança Humana se desenvolveu profundamente atrelado ao de Desenvolvimento Humano, convergência através da qual alcançou grande êxito nos foros políticos de debate.

A Segurança Humana está geneticamente vinculada ao enfoque do desenvolvimento humano, surgido em 1990 como fruto de um largo processo de reformulação do desenvolvimento no qual foi determinante, por exemplo [...] a aparição do conceito de *necessidades humanas básicas* e mais tarde do de *capacidades humanas*. (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.23)

O conceito desenvolvido no relatório do PNUD (1994) passava a englobar não apenas questões territoriais tradicionais e referentes ao Estado, mas colocava em foco, também, outras sete dimensões da segurança: econômica, alimentar, política, ambiental, comunitária, do indivíduo e da saúde (KALDOR, BEEBE, 2010, p.6). A partir de sua evolução, portanto, o conceito foi sendo trabalhado e desenvolvido. A definição formulada por Kaldor e Beebe (2010, p.5) apresenta a Segurança Humana em três aspectos: 1) diz respeito à segurança do dia-a-dia dos indivíduos e das comunidades onde vivem, sem levar em consideração a segurança estatal e das fronteiras; 2) se refere a diferentes tipos de segurança, e não apenas aquela que é relativa à proteção estatal contra inimigos externos. Assim, inclui também ameaças à integridade física dos indivíduos e àquelas ligadas as suas capacidades de suprir necessidades básicas relacionadas a questões socioeconômicas. Esses dois aspectos vão representar as duas vertentes do conceito e se resumem no que vai se chamar de *freedom from fear* e *freedom from want*; 3) reconhece que a segurança não se delimita a um território ou Estado, mas que precisa atravessar fronteiras já que também os conflitos, grupos terroristas e crimes, tornaram-se transnacionais. Dessa forma, observamos que a Segurança Humana se propõe a questionar diversos aspectos: no meio político, as relações de poder existentes entre estados ou dentro deles e, no plano teórico, as abordagens tradicionais de segurança que privilegiam as questões militares estatocêntricas.

Por *freedom from fear*, nos referimos a um estado de relações tal que os indivíduos e nações preveem, com uma alta probabilidade, um grande evento negativo, no futuro, um evento com uma utilidade negativa relativamente alta, e essa expectativa domina sua vida e existência - se eles vivem sob a sombra de enchentes, terremotos, fome, guerra (interna ou externa) ou outras calamidades. Por *freedom from want* implicamos que nem na vida dos indivíduos nem na vida das nações, as necessidades primárias devem ficar não satisfeitas. Assim, nos referimos principalmente àquelas necessidades como fome, sede, abrigo, sexo, segurança básica. Está ligada principalmente à falta de desenvolvimento pessoal, obstaculizado por quaisquer motivos. (KERR. 2007.)

É válido ressaltar que o conceito aqui construído tem como cenário, conflitos em

curso. Nesses casos, apesar da abordagem de segurança humana visar, acima de tudo, prevenir a violência, combatendo as condições que levam a sua geração, em casos de guerras que já eclodiram, ela “[...] se concentra em como conter a violência, mais do que como ‘vencê-la’” (KALDOR, BEEBE, 2010, p.7). Ainda assim, isso não significa que o uso da força deva ser descartado como ferramenta em certas situações. “A força tem um papel essencial nas operações de Segurança Humana: às vezes é preciso ser capaz de proteger as pessoas utilizando o que é conhecido como *hard power*.” (KALDOR, BEEBE, 2010, p.7). Porém, a novidade trazida por essa teoria é que a ação dos militares deve estar entrelaçada a dos policiais locais, profissionais de saúde e acima de tudo, dos próprios civis.

Por propor uma diferente abordagem das questões de segurança, esse o conceito vem gozando, desde os anos 1990, de maior prestígio nas discussões que versam sobre o desenvolvimento e os direitos humanos. Porém recebe as mais potentes críticas do outro campo ao qual pertence, o da Segurança (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.34). Por um lado, os estudos mais tradicionais condenam a ferramenta por um alargamento desmedido e uma nebulosa definição sobre quais elementos, de fato, fazem parte dessa agenda de pesquisa, possuindo uma “formulação imprecisa, que contempla como questões de segurança múltiplos problemas que não o são, o que implica uma desnaturação dos estudos de Segurança e, sobretudo, o risco de minimizar as autênticas ameaças a ela.” (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.24). Por outro lado, os estudos críticos de segurança apontam para algumas falhas fundamentais do conceito. Para esses, o conceito não atinge os objetivos aos quais se propõe, não desafiando, de fato o domínio do pensamento tradicional voltado para o Estado. Há uma visível ausência de potencial transformador e profundidade crítica. Dessa forma, a Segurança Humana torna-se frágil ou, ainda mais grave, vulnerável à manipulação por parte dos grupos mais fortes da dominação. Aliado à ideia de responsabilidade de proteger (R2P), há a instrumentalização da abordagem, por parte de Estados ocidentais (PÉREZ DE ARMIÑO, 2013. p.35).

RACHADURAS INTERNAS NO PENSAMENTO DA SEGURANÇA HUMANA

A discussão conceitual da Segurança Humana é visivelmente essencial para a sua compreensão, uma vez que não só a distinguiu dos demais estudos de Segurança, como causou grandes cisões internas. O debate que girou em torno das supracitadas liberdades polarizaria a Segurança Humana entre os que defendiam uma abordagem mais focada na violência física, e aqueles que insistiam na necessidade de ir além do enfoque mais tradicional.

A falta de consenso gerou uma vasta diversidade conceitual, na qual alguns autores acabaram sobressaindo-se, obtendo lugar de destaque nos debates. Dentre este consistente universo conceitual, optamos, aqui, pela exposição das abordagens

de alguns trabalhos julgados como fundamentais para a compreensão instrumental da Segurança Humana.

A via das chamadas escolas amplas da Segurança Humana acreditam que o pensamento de segurança deve, de fato, ir além da ameaça de violência física, como o apontado no relatório do PNUD. Para os defensores dessa linha de pensamento, a Segurança Humana trata não apenas do *freedom from fear*, mas também do *freedom from want*. Significa que as ameaças tradicionais, mais facilmente mensuráveis e observáveis não ficam de fora do planejamento e das políticas de segurança, no entanto, é necessário adicionar valores e liberdades humanas. A aceitação de tal pensamento é fortemente pleiteada por diversos autores, mesmo havendo diferentes percepções sobre a abrangência da segurança humana como proteção do centro vital da vida humana - Para autores como Alkiri, membro da Comissão da Segurança Humana ao lado do Nobel da Paz Amartya Sen desde 2003, o objetivo da Segurança Humana é proteger o que chama de *vital cores* da vida humana, para evoluir as liberdades e satisfações do indivíduo. (KERR, 2007. p. 95)

Os proponentes de abordagens mais estreitas, assim como críticos mais tradicionais, fortaleceram o coro dos que apontavam para a carência de poder de mensuração do conceito. Para estes teóricos, o pensamento da Segurança Humana seria mais preciso e ganharia em acurácia se pudesse se focar na ameaça da violência política contra os indivíduos, seja pelo Estado ou por quaisquer outros atores, a proteção dos indivíduos da guerra e de outras formas de violência. Segundo essa linha de pensamento, "(...) há valor em defender a ampliação da agenda de segurança para incluir a abordagem ampla, mas fazer isso teria custos analíticos." (KERR, 2007. p.95).

Nesses termos, uma das proposições mais bem acolhidas do campo foi apresentada pelo indiano Kanti Bajpai. O autor realiza uma análise baseada na opinião de dez mil indianos, no que diz respeito à sensação de insegurança, e propõe um índice de mensuração da Segurança Humana baseado em onze medidas de ameaças. Para Bajpai, as ameaças e capacidades de lidar com elas "variam de acordo com o tempo, de forma que uma definição conceitual universalista é uma ideia equivocada. O estudo da SH (...) deve se concentrar em expectativas de ameaças e possíveis respostas." (BAJPAI, 2010. p. 53)

A outra das principais questões críticas à Segurança Humana se desenvolveu em torno da ausência de parâmetros para comparação e mensuração. Nesse aspecto, Taylor Owen desenvolve uma longa revisão sobre os métodos já existentes para que a Segurança Humana possa ser medida e operacionalizada. Apesar de considerar tal crítica por vezes vazia, frente à proposta não positivista da Segurança Humana, Owen ratifica a necessidade de mecanismo de mensuração por quatro fatores:

Primeiro, a mensuração ajuda a definir o conceito muitas vezes ambíguo de segurança humana. Em segundo lugar, a mensuração pode revelar padrões que de outra forma não ser observados. (...) Em terceiro lugar, nas ciências sociais positivistas – com o objetivo de determinar relações causais e correlativas – a

mensuração é vista como essencial. Em quarto lugar, a medida fornece evidências “objetivas” das tendências que podem ser de grande valor na formulação de políticas e debate político e podem influenciar a percepção do público e da mídia sobre o assunto em questão. (OWEN, 2008. p.38)

Tal necessidade de mensuração e uma maior aplicabilidade científica, em termos positivistas, ganhou o reforço de trabalhos de autores com significativo peso no campo dos Estudos de Segurança. Edward Newman (2004) aponta para a inviabilidade de uma abordagem mais ampla, gerada pelo enorme número de variáveis gerado por tal perspectiva. “Através de uma lente ampla da segurança humana, tudo o que representa uma ameaça fundamental à vida e à subsistência é uma ameaça à segurança, seja qual for a fonte.” (NEWMAN, 2004. p.358)

Para a perspectiva tradicional, a teoria da Segurança Humana é utópica ao afirmar que a solução de um conflito pode estar no modo de interação entre aqueles que ameaçam e os que estão sendo ameaçados. Apesar de haver um consenso, quanto à importância de tal interação, no campo teórico, os formuladores das políticas de resolução não alcançam tal aceitação com a mesma facilidade.

METODOLOGIAS PARA A MENSURAÇÃO DA SEGURANÇA HUMANA

É prudente indagar, após a exposição acima, se há real necessidade para a mensuração da segurança humana. Mais do que isso, faz-se necessário levar em conta se optar pela mensuração torna o conceito tecnicista demais em sua essência, esvaziando o mesmo de sua natureza contestadora e crítica. (TADJBAKSH, CHENOY, 2007.) Afinal, qual a justificativa para a mensuração da Segurança Humana? É um fato consistente nos foros de discussão, a existência de toda uma tradição de abordagens pertinentes à esta corrente que deixam de lado tal prática, sendo, por tal motivo, alvo de duras críticas à sua operacionalidade.

A importância da mensuração da Segurança Humana, assim como para certos campos das ciências sociais são levantadas por Taylor Owen (2008). A presente pesquisa posiciona-se ao lado do autor ao defender a necessidade de uma estrutura de análise organizada para a mensuração, sem arriscar a integridade do conceito, por, pelo menos, três motivos claros. Primeiro, mensurar implica uma definição predeterminada. “O que está incluído na mensuração necessariamente fornece uma lista de fato do que é e não é uma insegurança humana.” (OWEN, 2008, p.37). Definir e limitar o escopo da teoria é apenas problemático para aqueles que estão hesitantes fazê-lo, isto é, aqueles que detêm certo interesse no vazio conceitual vigente. Em segundo lugar, o termo mensuração, em si, sugerem certo grau de certeza de que os dados existentes não implicam.

Além disso, as medidas objetivas e subjetivas podem ser contraditórias. Subjetivamente, as pesquisas de opinião indicam que as pessoas nos países em desenvolvimento temem que a violência mais do que a doença. Objetivamente, porém, as estatísticas de mortalidade nos dizem que, de longe, a maior ameaça é

a doença. Como tais avaliações contraditórias pode ser combinado numa ampla medida não é clara. (OWEN, 2008, p.37)

Uma consideração final é que as organizações tornam-se muitas vezes definida por sua metodologia de medição. Significa que estratégias de mensuração utilizadas, em especial, pelo PNUD, no caso em questão, podem desviar os olhares menos atentos de índices de grande valor que já existam, mas que não foram apropriadamente institucionalizados.

Entre tais modelos que podem ser interessantes ao pesquisador, ou que, ao menos, levantam indicadores razoáveis, existem, pelo menos, quatro consagrados para a mensuração da Segurança Humana. Tais técnicas podem ser distintas entre si em três argumentos principais: “como eles definem o conceito de segurança humana; o que se propõem a medir; ea metodologia que eles usam para agregar e analisar os dados” (OWEN, 2008, p.38).

O primeiro de tais modelos é denominado Índice de Pobreza Generalizada, foi apresentado por Gary King e Christopher Murray (2000) e, como perceptível, extrai sua denominação daquilo que julga ser a insegurança humana primordial. Para os autores, tal situação se dá “quando o ser humano encontra-se abaixo de um limiar pré-determinado, em qualquer um dos determinados domínios de bem-estar” (OWEN, 2008, p.38). Significa que caso qualquer indivíduo – ou grupo de indivíduos – fique abaixo do mínimo aceito em qualquer um dos indicadores, estará em situação de pobreza generalizada.

Tais dimensões são, a ver: renda; saúde, educação, liberdade política e grau da democracia. Os indicadores acompanham, em certa medida, a definição do PNUD, que trazia sete dimensões de Segurança Humana (econômica, alimentação, saúde, comunidade, ambientais, políticos e pessoais), é considerado o conceito mais amplo possível de segurança humana. Muitas vezes, é criticado por muito se assimilar em demasia à questões de desenvolvimento, ao invés da segurança. A técnica da *Pobreza Generalizada* cai em críticas de utilizar uma linguagem pouco comum, ao colocar, por exemplo, uma pessoa com baixo grau de liberdade política em situação de pobreza, quando tal situação não se faz necessária. Enquanto se utiliza de indicadores como o PIB per capita para medir a renda, a técnica não é capaz de se afastar significativamente de termos desenvolvimentistas, no entanto, sua riqueza está em demonstrar que nenhum dos indicadores tem primazia sobre os outros.

Outra técnica considerada de grande valor é a apresentada pelo indiano Kanti Bajpai (2000), segundo o qual “segurança humana é definida como a proteção contra ameaças diretas e indiretas para a segurança pessoal e bem-estar do indivíduo.” (OWEN, 2008, p.39) O modelo do *Balanço de Segurança Humana*, como é chamado, se preocupa com as ameaças em potencial e com a reação ou percepção individual de tais ameaças, levando em consideração, de tal maneira, a questão da sensação de insegurança, importante inovação teórica da Segurança Humana. No entanto,

o subjetivismo da percepção volta a trazer à tona a falta de consenso quanto à possibilidade de mensuração. Para evitar tal falha, Bajpai opta por focar-se na capacidade do governo em questão, de reagir às potenciais ameaças, como, por exemplo, a existência de políticas antirracismo, em oposição a incidentes de abuso racista.

Observar as capacidades responsivas do governo para a geração de Segurança Humana é uma medida interessante, mas também carrega algumas fraquezas. Por exemplo, um Estado pode ter um sistema de bem estar social bem desenvolvido, representando uma boa medida contra possíveis ameaças econômicas, mas ser um alvo frequente de desastres naturais.

O terceiro método é o Índice de Segurança Humana, desenvolvido pelo Global Environmental Change And Human Security Project (GECHS), um grupo de estudos vinculado ao MIT. Sua definição afirma que a insegurança é provável em certas condições sociais e ambientais.

Segurança, neste contexto, só é alcançado quando os indivíduos têm a opção de, fisicamente e politicamente, para acabar ou se adaptar às ameaças aos seus direitos ambientais, sociais ou humanas. Esta metodologia tenta medir uma ampla gama de ameaças à segurança humana com foco nos componentes ambientais. (OWEN, 2008, p.41)

O índice de insegurança humana (IIH) contempla domínios sociais, ambientais, econômicos e institucionais, cada um com quatro indicadores, desde o PIB *per capita* até as condições de degradação do solo. Apesar de promissor, e do fato de ter sido atualizado com dados reais por certo tempo, o índice falha em se distanciar do tradicional índice de desenvolvimento humano (IDH). Tal deficiência nos faz voltar a refletir em questões centrais como quais as reais distinções entre Segurança Humana e Desenvolvimento Humano. O quadro abaixo apresenta uma projeção comparativa entre os dois índices em períodos semelhantes:

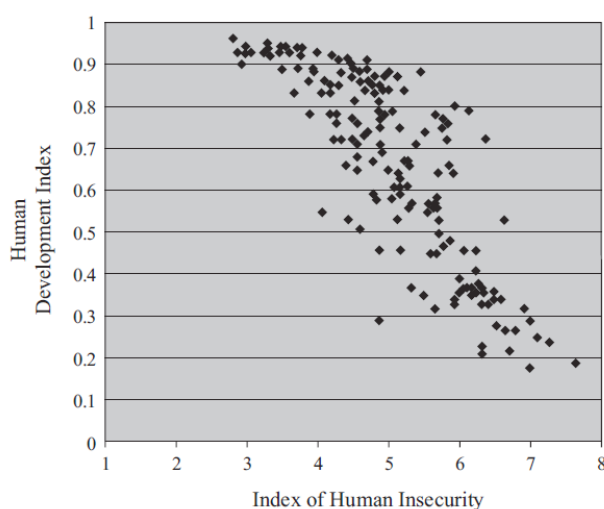


Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano versus Índice de Insegurança Humana

Fonte: OWEN, 2008, p.42

É perceptível que os dois índices não possuem diferenças significativas, o que colocou o IHH em situação de descrédito na maior parte dos debates, uma vez que parece não nos dizer nada de novo, ou não nos oferecer nada que o IDH já não o fizesse ou não pudesse fazer. (TADJBAKSH, CHENOY, 2007.)

Por fim, há o *Relatório de Segurança Humana*, documento divulgado pelo Programa de Segurança Humana da Universidade de British Columbia. Tal técnica é, certamente, a mais restritiva entre os modelos ora apresentados, limitando o seu escopo ao chamado *freedom from fear*. A medida se preocupa com “mortes causadas por conflitos armados e violência criminal (OWEN, 2008, p.43). “O relatório não propõe mapear ferimentos de guerra e violência criminal devido à falta de dados, mas sugere que o número de mortes seria um bom indicador.” (HPHPCR, 2001). O indicador mais convencional para mortes em tais casos segue sendo utilizado – isto é, o número de cem mil mortos por ano, em um determinado território.

Se utilizar de tal medida pode acarretar em erros graves em certas situações, onde o número de mortes é especialmente sub-registrado, deixando de fora da medida diversas fatalidades que não são devidamente documentadas. “(...) é inegável que um dos maiores problemas que surgem ao se utilizarem dados de registros policiais é que eles estão, geralmente, sujeitos a elevadas taxas de sub-registro, principalmente no caso de roubo, furtos, agressões físicas, seqüestros e estupros.” (JUSTUS DOS SANTOS, KASSOUF, 2008, p.348)

Apesar das distinções visualizadas, todas as técnicas apresentam similaridades, em especial, três pontos podem e devem ser observados. (1) Todas as técnicas são baseadas em um conjunto abrangente de indicadores que são derivados da literatura da segurança humana. (2) Os dados nacionais para cada indicador são derivados de dados de fontes disponíveis, tais como o Banco Mundial e as Nações Unidas (ONU). E, por fim (3), todos os indicadores são aplicados em cada nação e tomados como sendo de igual importância.

Apesar de metodologicamente sensatos, os pontos acima nos permitem observar algumas deficiências, em especial, o fato de que nem todos os indicadores são igualmente relevantes em todos os países. Um indicador como, por exemplo, presença de minas terrestres, utilizado pelo *Balanço de Segurança Humana*, pode ser essencial para uma análise em Angola, mas perde valor como variável numa análise do Brasil, ou, como em nosso exemplo, no caso Peruano.

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO – O QUE SE PODE MEDIR?

Apesar de ser uma abordagem teórica rica e robusta, que nos aponta para uma série de indicadores primordiais para a sua completa compreensão, é visível que a Segurança Humana corre o risco de tornar-se impraticável e intangível. Para evitar que o conceito se perca em suas próprias nuances, faz-se necessário o processo de

mensuração, entretanto, como já foi bastante enfatizado, a escolha das variáveis pode se provar uma tarefa árdua e traiçoeira.

Após a análise de uma série de técnicas utilizadas para a mensuração da Segurança Humana, e suas críticas – entre as quais estão as quatro metodologias supracitadas, escolhidas a serem aqui apresentadas por serem consideradas as mais aceitas nos foros de debate – buscamos encontrar uma técnica que satisfaça as análises futuras. Para tanto, um processo de escolha de indicadores baseado nos postulados teóricos se mostrou a etapa mais essencial do trabalho.

O primeiro passo é a identificação de variáveis que correspondam aos sete domínios da Segurança Humana, como já supracitados: econômico, alimentar, político, ambiental, comunitário, do indivíduo e da saúde. É válido ressaltar o nosso enfoque nas reações às possíveis inseguranças. Atribuímos ao pensamento de Kanti Bajpai, e do seu *Balanço de Segurança Humana*, uma importante inovação teórica representada pelo olhar nas possíveis políticas, programas de governo, projetos locais ou quaisquer documentos ou projetos que possam representar uma tentativa de geração de Segurança Humana nas determinadas regiões. (BAJPAI, 2000). Dessa forma, por ora, chamaremos nossa escolha de variáveis de *Indicadores de Geração de Segurança Humana*.

Outra questão de grande importância que deve ser levada em conta na nossa análise é momento histórico da análise. A qual contexto serão aplicados os indicadores? Como supracitado, há distintas abordagens da Segurança Humana para os distintos momentos da vida social. Embora englobemos as dimensões da segurança de uma abordagem mais ampla, apontada em especial por Mary Kaldor e Shanon Beebe (2010), extraímos o contexto de uma abordagem mais estreita, isto é, analisaremos momentos de conflitos vigentes ou do imediato pós-conflito. Mensurar os intentos de gerar a Segurança Humana nessas circunstâncias nos permite “observar os esforços de sanar as dores humanas nos momentos em que mais doem.” (KALDOR, 2011).

Tendo o contexto de pós-conflito ou conflito vigente estabelecido, reconhecemos como variável importante o processo de reintegração dos beligerantes na sociedade, como fator primordial para a reconciliação social e o ótimo funcionamento da vida social, após o conflito. “A necessidade do perdão social é tão vital quanto a absolvição pela justiça.” (OWENS, 2012). Reconhecemos a inviabilidade de mensurar, ou menos compreender a sensação de reintegração a sociedade, por tratar-se de um atributo subjetivo e mutável, no entanto, identificamos, como uma boa *proxy*, os intentos de se realizar o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração de Combatentes (DPKO, 2008).

DDR é uma parte crítica dos esforços para criar um ambiente seguro e estável em que o processo de recuperação pode começar. a garantia de desarmamento e locais de acantonamento; e / ou a recolha e destruição de armas, munição e outro material rendido pelos ex-combatentes. Outras agências, trabalhando em estreita coordenação com a operação de manutenção da paz das Nações Unidas, são

responsáveis por apoiar o processo de reintegração crítica, que visa proporcionar aos ex-combatentes desmobilizados com meios de vida sustentáveis. (DPKO, 2008, p. 26).

Apenas com a total reintegração dos beligerantes, a sociedade local se encontrará em condições plenas de restabelecer suas rotinas e trabalhar conjuntamente com os agentes – locais e/ou externos – para a construção de uma sociedade não violenta. Levado em conta tal indicador, torna-se possível ter uma visão preliminar dos *Indicadores de Geração de Segurança Humana*.

Dimensão da Segurança	Indicador
Econômico	Renda (PIB <i>per capita</i>)
	Níveis de Empregabilidade
Alimentar	Acesso à alimentação / Programas de Alimentação
Político	Liberdade Política
	Nível de Participação / Elegibilidade
Ambiental	Vulnerabilidade a Desastres Naturais
	Programas de Defesa Civil a Desastres Naturais
	Acesso à água potável
Comunitário	Acesso a Educação
	Construção de Escolas em Locais de Conflito
	Reintegração à Sociedade (<i>DDR</i>)
	Crescimento da População Urbana / Favelização
Indivíduo	Número de Mortos relacionados com o Conflito
	Homicídios
Saúde	Acesso a Saúde / Programas de Saúde
	Construção de Hospitais
	Vulnerabilidade a epidemias

Figura 1 - Indicadores de Geração de Segurança Humana

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores são representados por dados que podem ser atualizados com certa facilidade, normalmente divulgados por instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas e suas agências, ou pelos governos nacionais. Pelas circunstâncias dos contextos em que a análise se dará, muitos dos dados podem se encontrar em documentos de cessar-fogo, ou em projetos de novos governos instaurados, ou em comissões da verdade.

PERU E COLÔMBIA – OS CASOS EM ANÁLISE

Antes de imergir numa aplicação explicativa de nossa técnica de mensuração da Segurança Humana, é pertinente dedicar algumas linhas a explicar o aqui chamado caso peruano. É válido ressaltar que nos referimos, na presente pesquisa, ao estado de

desordem civil causado pelo enfrentamento entre forças do Estado e o grupo conhecido como Sendero Luminoso, muito menos em um aspecto político e de soberania – em suas diversas ramificações - e mais voltado à insegurança humana.

O Sendero Luminoso apareceu pela primeira vez no Peru em maio de 1980, queimando várias urnas da corrente eleição e pendurando cães em postes nas ruas. Este evento incomum marcou o início de uma das revoltas mais violentas do hemisfério ocidental. Abimael Guzmán, o fundador do Sendero Luminoso, partiu para destruir completamente a ordem vigente na sociedade peruana, a fim de substituí-la com a sua visão de uma sociedade comunista, criando uma revolta camponesa começando no planalto andino e se espalhando por todo o Peru, eventualmente em torno da capital, Lima. (SWITZER JR., 2007; POLETTO, 2009)

Vários fatores contribuíram para o surgimento de Sendero Luminoso, incluindo sombrias condições econômicas, governo marginalmente eficaz, e pessoas ansiosas por uma mudança. Vários governos tentaram responder a estas preocupações ao longo dos anos 1960 e 1970. Os militares estavam na vanguarda desses esforços, quando assumiram o controle do Peru através de uma série de golpes, principalmente para evitar o que percebiam como organizações elitistas de classe média assumissem o poder. (CVR, 2006)

O Sendero Luminoso é organizado em torno de três divisões principais: o aparelho central, o Exército Guerrilheiro Popular, e a Frente Popular. (SWITZER JR., 2007) Incapaz de combater frontalmente os grupos armados, com uso das forças policiais, o governo cede às Forças Armadas a competência pelo controle político das regiões sob conflito, no Peru. A ingerência só teria fim anos mais tarde.

O governo de então, diante da incapacidade das forças policiais e da crescente extensão dos atos subversivos, autorizou as Forças Armadas a assumir o controle político, militar e territorial das zonas sob o regime de exceção. Ao longo do conflito armado interno, três mandatários foram eleitos, a saber, Fernando Belaunde Terry (1980-1985), Alan García Pérez (1985-1990) e Alberto Fujimori Fujimori (1990-2000), cuja deposição representou o marco final do conflito armado interno. (SILVA MACHADO, 2007, p.24)

Os governos militares seriam responsáveis por atos de opressão tão duros e trágicos para a população, quanto os daqueles grupos que enfrentavam. Os anos de derramamento de sangue seriam interrompidos pela queda do então presidente Fujimori, mas as tentativas de reconciliação e reintegração dos beligerantes à sociedade, só passam a ocorrer anos depois, com a chamada Comissão da Verdade.

A Colômbia, por sua vez, é um Estado frágil; sua construção é marcada por guerras civis e disputas políticas violentas entre o governo e outras forças sociais. Em razão do caráter militar do conflito político, o país tem graves problemas como a desintegração nacional ocasionada pelo controle de partes do território nacional por grupos para-militares.

Explicações para esse estado de coisas remontam a tentativa de acordo,

proposto pelo então presidente Andrés Pastrana segundo o qual os insurgentes e o governo negociariam certas áreas, chamadas “zonas de despejo”, nas quais não haveria presença de exército ou polícia. A consolidação de territórios dominados ou sob influência das guerrilhas aconteceu graças a uma tentativa de acordo proposto pelo então presidente Andrés Pastrana, entre as duas partes, segundo o qual os grupos e o governo negociariam certas áreas, chamadas “zonas de despejo”, nas quais não haveria presença de exército ou polícia. O objetivo desta política era de que os grupos guerrilheiros abandonassem suas atividades ilícitas e passassem a promover a reestruturação dos locais e da sua população, através de atividades que favorecessem o desenvolvimento local. (TEIXEIRA; NOBRE, 2010.)

O objetivo do acordo era levar os grupos guerrilheiros a abandonar atividades ilícitas e reestruturar os locais e a população através de atividades voltadas para o desenvolvimento. No entanto, ao firmar um acordo de auxílio com os Estados Unidos, o governo descumpre seu compromisso e os grupos se rebelam, sofrendo um forte ataque do exército colombiano. O domínio de certas áreas foge então ao controle do Estado. A política de Pastrana ficou conhecida como uma “de mão dupla” e o governo terminou por “conceder uma zona desmilitarizada equivalente a 40% do território nacional” (VILLA e OSTOS 2005, p.7). O fracasso do processo está envolvido por uma série de elementos políticos e sociais que, consideramos, englobam as dimensões fundamentais da Segurança Humana que estavam previstas, mas não foram atingidas. Dessa forma, tomamos os documentos do processo como elemento básico para análise.

A GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA NO PERU (2003-2004) E NA COLÔMBIA (1998-2002)

Ao analisarmos o documento da chamada Comissão da Verdade do Peru, assim como documentos de organizações e *think tanks* para o período em questão – o imediato pós-conflito, representado pela divulgação do informe final da Comissão da Verdade local, ou seja, o período entre 2003-2004 – somos capazes de extrair os dados para inferir conclusões a partir da nossa análise. No que diz respeito à (a) Segurança Econômica, o PIB *per capita* do país tem um aumento significativo no período em questão, o maior em cinco anos. (CIA FACTBOOK, 2014). No entanto, no ano de 2004, os níveis de desemprego atingem níveis alarmantes de quase 15% da força de trabalho e não se identifica nenhum programa trabalhista, no período em questão. Significando uma ausência na geração de Segurança Humana, nessa dimensão.

Quanto à Colômbia, se faz prudente analisar os programas de governo e, em especial, os documentos referentes ao processo de paz conduzido pelo governo Pastrana, assim como propostas de políticas públicas voltadas para a segurança do país, presentes no Plano Colômbia. Dessa forma, o país figura, no tocante à dimensão

(a) segue uma lógica de crescimento econômico no período em questão, que esbarra, no entanto, em uma crise do crescimento real do seu produto interno bruto, no ano de 1999, logo após a implantação da maior parte das políticas do governo Pastrana. A agenda política voltada ao processo de paz não foi capaz de conter o desemprego, a 20%, e uma dívida externa exorbitante de 34 mil milhões de euros.

Quanto ao aspecto da (b) dimensão alimentar da segurança, há um grave problema, “cerca de 11% da população está abaixo do mínimo necessário de alimentação, recebendo a quantidade mínima exigida de calorias”. (IFPRI, 2011) No entanto, ainda segundo dados do International Food Policy Research Institute, no período em questão, uma política governamental forte reduziu este número, em especial nas regiões de conflito, fazendo o país pontuar positivamente em nossa análise. A Colômbia, por sua vez, figurou em oitavo lugar no ranking da fome mundial, segundo dados do mesmo instituto, durante o período em questão – e as políticas de governo, ou o processo de paz, não abarcaram tal dimensão em seus projetos, figurando negativamente em nossa análise.

A liberdade política (c), conta positivamente no período em questão para o Peru, com um valor de 2,5 numa escala que conta de 1 a 7, evoluindo negativamente, além de 3 e 2 pontos nas liberdades civis e nos direitos políticos, respectivamente. Ao fim do governo Pastrana, a Colômbia constava como apenas *parcialmente livre*, tendo um desempenho mediano, segundo dados do instituto *Freedom House*. Sua performance, entretanto, indica um bom ambiente político, que figura como um espaço em que as liberdades políticas existe, no campo formal, mas não são aproveitadas por motivos diversos – compreendidos aqui como as limitações impostas pelos diversos grupos beligerantes envolvidos no conflito. Apesar de ser comumente tratado como uma democracia consolidada, a Colômbia não se sai bem na análise das liberdades e da segurança política, devido aos obstáculos impostos pela insegurança física.

Embora a Colômbia afirme ser a democracia mais antiga da América Latina, a maioria dos colombianos não participam da vida política, por opção ou pela força. [...] Cientistas políticos caracterizaram o sistema colombiano como ‘elite pluralista’ (Bailey), ‘democracia excludente’ (Pécaut), ‘democradura’ (Leal), e como um arranjo ‘consociacional democrático limitado’ (TATE, 2002, p.43, apud BEZERRA, 2014).

Pouco se fez no que diz respeito à segurança ambiental (d) no Peru, no entanto, apesar de alguns terremotos e, em especial, enchentes, a vulnerabilidade a desastres naturais, no país, é pequena. Diferente é a situação no que diz respeito ao acesso à água potável, “dos quase 29 milhões de pessoas no Peru, cerca de 5,3 milhões de pessoas não têm acesso à água potável” (UNDP, 2008). Apenas em 2006, um programa de governo reduziria tal número, muito além do nosso recorte. Quanto à Colômbia, “a violência, o cultivo de culturas ilegais e sua erradicação por pesticidas e fumigação levaram à destruição da floresta e À séria poluição da água” (IES, 2007).

As três últimas dimensões – comunitária, do indivíduo e da saúde – são

contempladas satisfatoriamente pelo informe final da Comissão da Verdade do Peru. O Estado peruano se comprometia, naquele momento, com a construção de 3 hospitais e 10 escolas na região de Ayacucho, Também era visada a construção de moradia para os ex-beligerantes, almejando impedir o processo de marginalização. Anistia e reintegração faziam parte de um programa de empregabilidade aos mesmos, fazendo o país pontuar positivamente nas variáveis em questão.

A Colômbia, por sua vez, segue demonstrando que o fracasso no processo de paz está profundamente relacionado com as dificuldades em gerar políticas públicas que gerassem estabilidade em aspectos da Segurança Humana. Na última das dimensões, a da Saúde (*g*), encontramos, no período, uma drástica redução dos gastos, que resultaram numa crise do setor, no país. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano para a Colômbia 1999, nesse ano houve uma diminuição das despesas de saúde em percentagem do PIB. Isto inclui gastos em três áreas: administração e pesquisa, os gastos com hospitais de primeiro nível e o Plano de Cuidados Primários.

Quanto às dimensões comunitária e do indivíduo, faz-se necessária uma análise mais precisa, já que uma visão superficial pode induzir ao erro. O processo de paz do Governo Pastrana pressupunha a profunda inclusão de diversos setores da sociedade colombiana nos diálogos, o que seria estimulado pela criação **de foros de debate**, e reinserção dos beligerantes na sociedade (BEZERRA, 2014). O Plano Colômbia, por sua vez, incluía programas para construir escolas, estradas, clínicas, bem como US\$ 15 milhões para fortalecer os governos locais. O indicativo de tais políticas públicas pode parecer suficiente para que a análise de frequência se coloque como positiva, para o país no período. Entretanto, o malogro do processo passa pela ineficácia na aplicação de tais políticas, o que não apenas impossibilitou a real participação da população nos processos, mas gerou as supracitadas zonas nas quais o Estado tornou-se definitivamente ausente e incapaz de suprir a segurança das populações residentes.

Dimensão da Segurança	Desempenho Peruano	Desempenho Colombiano
Econômico	0	0
Alimentar	1	0
Político	1	0
Ambiental	0	0
Comunitário	1	0
Indivíduo	1	0
Saúde	1	0

Figura 2 – Desempenho Comparado na análise

Apesar de um bom desempenho em certas dimensões, é preciso afirmar que o Estado peruano fracassou na geração da Segurança Humana para os envolvidos, direta ou indiretamente, em seu conflito interno. Isso se dá pelo vácuo apresentado

em pelo menos duas dimensões – econômico e ambiental. É possível afirmar que, em algumas análises, a prioridade de tais dimensões não teria peso tão negativo para a conclusão, entretanto, a Segurança Humana trata da plena satisfação das necessidades humanas, o que engloba cada uma de suas dimensões. No tocante à Colômbia, no entanto, é preciso ressaltar o baixo desempenho na análise, tendo em vista que o país pontua negativamente em todas as dimensões da análise. Uma *survival analysis* concentrada, hipoteticamente, na duração da paz, demonstraria rapidamente que o desempenho peruano resulta em maior estabilidade política e social, enquanto o colombiano aponta para uma série de problemas e repetições dos mesmos erros, resultando em um prolongamento do conflito por tempo indefinido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Segurança Humana é um conceito que se propôs a desafiar os modelos tradicionais dos Estudos de Segurança Internacional desde a sua gênese. No entanto, o conceito transitou de uma ferramenta amplamente difundida e institucionalizada para um estado de descrédito e pouca atenção recebida, nos debates acadêmicos. Alvo de constantes críticas e severas máculas, em especial pela pouca precisão e operacionalidade.

Apesar da existência de uma boa dezena de técnicas e metodologias de mensuração, a Segurança Humana seguiu seu curso de descenso no debate da Segurança Internacional. Isso se deu, em especial, por não apresentar consenso quanto ao seu conceito e falhar em prover um método confiável aceito por toda a corrente. Tal movimento acabou acarretando em um escanteamento da teoria, frequentemente taxada de utópica e sintetizada em discussões de desenvolvimento humano, distante das discussões de segurança.

O presente artigo representa uma tentativa inicial de agrupar ideias decorrentes dos mais consagrados métodos de mensuração de Segurança Humana, apreendendo das críticas recebidas pelos mesmos as falhas que devem ser evitadas e as lacunas que devem ser preenchidas. Para tanto, lançamos os *Indicadores de Geração de Segurança Humana*, uma série de variáveis, ainda embrionárias, para o desenvolvimento de um índice de mensuração.

Na análise em questão, abordamos os casos do Peru – no imediato pós-conflito com o grupo chamado Sendero Luminoso, representado pelo lançamento do informe final de sua Comissão da Verdade – e o caso colombiano – durante o processo da paz do governo Pastrana, considerado o mais promissor, até aqui. Após um levantamento de dados referentes a cada uma das sete dimensões da Segurança Humana apresentadas por Kaldor e Beebe (2010). Chegando a conclusão de que o Estado peruano fracassou em seus intentos de gerar Segurança Humana para a sua população, naquele momento em questão. No entanto, ao analisarmos os resultados

em um espectro comparado, com o desempenho colombiano – abordado, aqui, com enfoque no processo de paz estabelecido durante o governo Pastrana – somos capazes de compreender que a geração de segurança humana pode ser tomada, ao menos, como um tipo ideal, e que a aproximação do ótimo resulta em benefícios profundos para o Estado.

A Segurança Humana ainda carrega em si bastante potencial para ser aplicada na busca pelo bem-estar dos indivíduos. Um dos primeiros passos nessa jornada é alcançar um sistema preciso de mensuração. O presente artigo apresentou uma lista de indicadores, ainda embrionários, para a elaboração de um índice de geração de Segurança Humana, que almeja maior precisão e acurácia nessa difícil tarefa.

REFERÊNCIAS

- BAJPAI, Kanti. **Human Security: Concept and Measurement**, Kroc Institute Occasional Paper 19. 2000.
- BELTRÁN Consuelo Ahumada. **La penuria de la salud pública**. Revista Gerencia y Políticas de Salud. Vol.1 N.3. 2011.
- BEZERRA, Catarina. **A construção da paz na Colômbia durante o Governo Pastrana (1998-2002): uma análise sobre os prismas da segurança humana e do peacebuilding from below**. 2014.
- BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Trad. Flávio Lira. São Paulo: EditoraUnesp, 2012.
- COLLINS, Alan. **Contemporary Security Studies**. 1ª ed. New York: Oxford University Press Inc, 2007.
- DPKO. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines**. Division of Policy, Evaluation and Training Department of Peacekeeping Operations United Nations Secretariat. New York, 2008.
- GALTUNG, Johan. “An Editorial”. **Journal of Peace Research**, Sage Publications, Vol. 1, Nº1, pp. 1-4. 1964.
- GALTUNG, Johan. **Theories of Peace: A Synthetic Approach to Peace Thinking**. 1ª ed. Oslo: International Peace Research Institute, 1967.
- HPHPCR, **Proposal for the Creation of a Human Security Report**, Harvard Program on Humanitarian Policy and Conflict Research. 2001.
- INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE. **IFPRI Report – 2011**. WASHINGTON, DC 20006-1002 USA. 2011.
- JUSTUS DOS SANTOS, Marcelo, KASSOUF, Ana Lúcia. **Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias**. Revista Economia. ANPEC. Vol.9 Maio/Agosto, 2008
- KALDOR, Mary, BEEBE, Shannon D. **The Ultimate Weapon is no Weapon**. 1ª ed. New York: Perseus Books, 2010.

- KALDOR, Mary. "Human Security in Complex Operations". **A Journal of the Center for Complex Operations**, Vol. 2, Nº 2, pp. 3-14. 2011
- KERR, Pauline. Human Security. In: COLLINS, Alan. (org.). **Contemporary Security Studies**. New York: Oxford University Press Inc, 2007. P. 91-108.
- KING, G., and MURRAY, C. **Rethinking Human Security**, Harvard University Program on Humanitarian Policy and Conflict Research. 2000.
- OWENS, Patricia. **Human Security and the Rise of the Social**. Review of International Studies (2012), 38, 547–567 .British International Studies Association. 2012
- PARIS, Roland. **International Security; Human Security, paradigm shift or hot air?** International Security, Vol. 26, Nº 2, pp. 87-102.2001.
- POLETTI, Ricardo dos Santos. **Terrorismo e contra-terrorismo na América do Sul: as políticas de segurança de Argentina, Colômbia e Peru**. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- RAMSBOTHAM, O., WOODHOUSE, T., MIALL, H. **Contemporary Conflict Resolution**.2ª ed. Cambridge: Polity Press, 2005.
- RHENALS, Remberto. TORRES, Alejandro. **El desempeño macroeconómico colombiano en el cuatrienio Pastrana: recesión y recuperación frágil**. Período de Conyuntura Económica. Grupo de Macroeconomía Aplicada Departamento de Economía, Centro de Investigaciones Económicas -CIE-, Facultad de Ciencias Económicas Universidad de Antioquia. No. 2 octubre 2003.
- SILVA MACHADO, Luís Fernando. **Justiça Anamnética: o caso da Comissão de Verdade e Reconciliação do Peru**. Revista Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 21-32, jan./jun. 2007
- SORJ, Bernardo. "Segurança, Segurança Humana e América Latina". **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, Vol.2, Nº3, pp. 41-59. 2005.
- SWITZER JR., Russel W. **Sendero Luminoso and Peruvian Counterinsurgency**. Tese Apresentada a B.S., University of the State of New York, 2007.
- TEIXEIRA, Augusto Wagner Menezes; NOBRE, Fábio. **Plano Colômbia: implicações para o Brasil**. Revista Tensões Mundiais. v. 6, n. 10. p.265-285. 2010
- VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. **As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança**. Rev. bras. polít. Int, , vol.48, n.2, pp. 86-110. 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

